

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO
XII CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE
JUIZ
DO TRABALHO SUBSTITUTO

QUESTÃO 01

Cite os diversos tipos de contratos a termo previstos no Direito do Trabalho pátrio, destacando as suas características básicas e os respectivos efeitos jurídicos decorrentes de sua extinção normal e antecipada por iniciativa do empregador.

QUESTÃO 02

Maciel de Souza foi admitido na Empresa Marins Construções e Empreendimentos Ltda, no dia 20 de novembro de 1994, para exercer a função de auxiliar de serviços contábeis. Em 22 de agosto de 2003 foi imotivadamente demitido e recebeu, no prazo legal, o pagamento das verbas decorrentes da rescisão contratual. Maciel não gozou férias durante todo o vínculo de emprego. Sustenta Maciel que no período de 20 de novembro de 1994 até 12 de agosto de 1997 exerceu as mesmas funções que Paulo da Silva, seu colega de setor, com a mesma qualidade técnica e a mesma produtividade, mas com salário inferior (em 12.08.97, o paradigma foi demitido). Apesar de exercer funções administrativas, no setor contábil, sua Carteira de Trabalho foi anotada como auxiliar de pedreiro. Em razão de norma regulamentar da empresa, foram concedidos aos empregados reajustes salariais em março de 1999 e março de 2000, respectivamente, mas Maciel não recebeu tal reajuste. Em abril de 1999 a empresa, unilateralmente, suprimiu a comissão mensalmente paga a Maciel por produção no lançamento dos dados contábeis e, em junho de 1999, “congelou” o valor da gratificação semestral devida e suprimiu as horas extras habitualmente prestadas. No período de maio a julho de 1995, Maciel esteve afastado do serviço em razão de acidente do trabalho e a empresa não providenciou o recolhimento do FGTS do período respectivo. Maciel ajuizou ação trabalhista no dia 22 de setembro de 2004 pleiteando: a) o pagamento das férias relativas a todo o contrato de trabalho; b) equiparação salarial com Paulo da Silva e as diferenças salariais e reflexos correspondentes; c) retificação da anotação na Carteira de Trabalho; d) os reajustes salariais referentes a março de 1999 e março de 2000, com as diferenças reflexas correspondentes; e) o pagamento das comissões suprimidas, de abril de 1999 até o final do contrato, com os respectivos reflexos; f) as diferenças decorrentes do congelamento da gratificação semestral, a partir de junho de 1999; g) indenização decorrente da supressão das horas extras habituais; h) o recolhimento do FGTS quanto ao período em que esteve afastado por acidente do trabalho. Responda, em relação a cada um dos pedidos, se a prescrição já operou seus efeitos e de que forma.

QUESTÃO 03

A autonomia sindical prevista na Constituição Federal interfere de alguma maneira na liberdade de conformação do legislador? Em caso afirmativo, de que forma?

QUESTÃO 04

Analise a seguinte situação hipotética e depois responda:

A Empresa Z ajuizou uma ação de consignação em pagamento contra o Empregado Y, alegando que este foi dispensado por justa causa e se recusou a homologar a sua rescisão perante o sindicato da categoria. Anexou aos autos o comprovante de depósito do valor que entende devido para as verbas rescisórias, depósito este realizado em conta corrente em nome do empregado, requerendo que fosse judicialmente declarada a justa causa, com respectiva quitação quanto às parcelas rescisórias.

O feito foi incluído em pauta, tendo o Empregado Y sido regularmente citado.

Realizada a audiência inicial, o Empregado Y não se fez presente ao ato processual no horário marcado, requerendo a Empresa Z a aplicação da pena de revelia.

O Juiz declarou, sem outras provas, encerrada a instrução processual, designando data para a prolação da sentença, quando, então, apreciaria o pedido de aplicação da pena de revelia e seus efeitos na solução da lide.

Cerca de dez minutos após o término da audiência, compareceram em secretaria o empregado consignatário e seu advogado, alegando que se atrasaram para a audiência porque tiveram dificuldade para encontrar vaga para estacionamento nas proximidades do prédio da Vara do Trabalho.

Devidamente esclarecido pelo serventuário de que o ato processual já estava encerrado, o advogado requereu uma certidão do horário de comparecimento em secretaria, no que foi prontamente atendido.

De posse do documento, o advogado peticionou, em seguida, nos autos, esclarecendo o motivo do pequeno atraso, juntando a certidão e a peça de contestação. Requereu fosse considerada a sua defesa, com a conseqüente reabertura da instrução processual.

Na contestação anexada, o Empregado Y alegou ser falsa e mentirosa a alegação de dispensa motivada, pois não abandonou o seu emprego. Salientou que foi a Empresa Z quem teve a iniciativa de dispensá-lo sem justo motivo, mas, perante o sindicato da categoria, inventou uma justa causa inexistente, não tendo permitido que fosse aposta qualquer ressalva no TRCT em sentido contrário. Aduziu, por fim, que não houve recusa de recebimento do valor, de modo que o pedido não pode ser acolhido.

A petição do consignatário foi juntada aos autos, conferindo-se vista de seu conteúdo à empresa consignante, para preservar o contraditório.

A consignante insistiu na aplicação da pena de revelia e confissão quanto à matéria de fato, eis que o motivo apresentado não justificava legalmente o não comparecimento à audiência. Sublinhou que a eventual consideração da contestação fere o princípio do devido processo legal, elaticendo o momento para a prática de ato processual sem o menor respaldo em lei. Concluiu que as alegações do consignatário envolvem matéria fática, estando superadas pelos efeitos da revelia.

Os autos retornaram conclusos para o Juiz.

Você é o Juiz da causa e precisa solucionar as seguintes questões:

- a) De forma fundamentada, justifique se há ou não motivo para a reabertura da instrução processual, indicando as conseqüências processuais decorrentes de sua opção.
- b) De forma fundamentada, apresente a solução mais acertada a ser conferida para o indigitado feito.

QUESTÃO 05

Analise a seguinte situação hipotética e depois responda:

O representante do Ministério Público do Trabalho instaurou inquérito civil público com base em denúncia oferecida por determinado trabalhador, contra seu empregador. O denunciante pediu sigilo quanto a sua identidade com medo de ser demitido, no que foi atendido pelo representante do *Parquet*. A empresa, intimada para prestar esclarecimentos, solicitou vista dos autos e a identificação do denunciante, sob o argumento de que precisa exercer o seu direito ao contraditório, sendo vedado o anonimato. Esclareceu, ainda, que pretende se ressarcir de danos causados a sua imagem, pois entende que a denúncia é injuriosa. O representante do Ministério Público indeferiu ambos os pedidos. Posteriormente, foi firmado com a empresa Termo de Ajustamento de Conduta.

- a) O indeferimento dos pedidos de vista e de identificação do denunciante está em consonância com a ordem jurídica vigente?
- b) O Procurador é obrigado a remeter o Inquérito Civil Público ao Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho para homologar o arquivamento em decorrência do Termo de Ajustamento de Conduta firmado?

QUESTÃO 06

Analise o cabimento e os efeitos dos possíveis recursos previstos no ordenamento processual civil, dirigidos à reforma de decisão judicial de natureza interlocutória.

QUESTÃO 07

Considere a seguinte situação hipotética e depois responda:

O empregado X ajuizou uma reclamação trabalhista em desfavor da empresa Y, requerendo a condenação de sua ex-empregadora ao pagamento da diferença do valor da multa rescisória de 40% sobre os seus depósitos de FGTS, em razão do pagamento a menor, por não ter sido considerada na época da dispensa a atualização do saldo da conta vinculada de acordo com os expurgos inflacionários dos Planos Verão e Collor I.

Incluído o processo em pauta, com realização de audiência e apresentação de defesa, o Juízo da 1ª Instância julgou procedente o pedido, condenando a reclamada ao pagamento da importância de R\$ 10.000,00 a título de diferença de multa rescisória.

A empresa interpôs recurso ordinário, tendo o Tribunal Regional do Trabalho confirmado o acerto da sentença.

Não satisfeita, a empresa interpôs o competente recurso de revista, que foi recebido e teve superado o seu juízo prévio de admissibilidade, com envio dos autos ao Tribunal Superior do Trabalho.

O empregado requereu e obteve carta de sentença.

Iniciada, a pedido do empregado, a execução provisória do julgado, o Oficial de Justiça, após citar a devedora e não obter qualquer êxito quanto ao pagamento espontâneo ou indicação de bens, resolveu, então, penhorar na “boca do caixa” da empresa a quantia expressamente mencionada no mandado, depositando a importância respectiva à disposição do Juízo.

Ao tomar conhecimento da constrição do numerário, o advogado do empregado peticionou nos autos, solicitando a expedição do competente alvará judicial para levantamento da importância, eis que o obreiro se encontrava gravemente enfermo.

Ofertada vista da petição à reclamada, o advogado desta alertou para o fato de que o processo principal ainda se encontrava *sub judice*, sendo ilegal a liberação do dinheiro, sob pena de a empresa ser privada de seu patrimônio sem o devido processo legal, violando-se garantia assegurada na Constituição da República.

Você é o Juiz da causa e deve adotar uma solução para essa controvérsia. Decida se o dinheiro deve ou não ser liberado, fundamentando da forma mais abrangente possível a sua decisão.

QUESTÃO 08

O novo Código Civil prevê a liberdade de contratar exercida em razão e nos limites da função social do contrato. Trata-se de limitação total ou parcial ao princípio da autonomia privada? Qual a importância da cláusula geral da função social do contrato na teoria geral dos contratos?